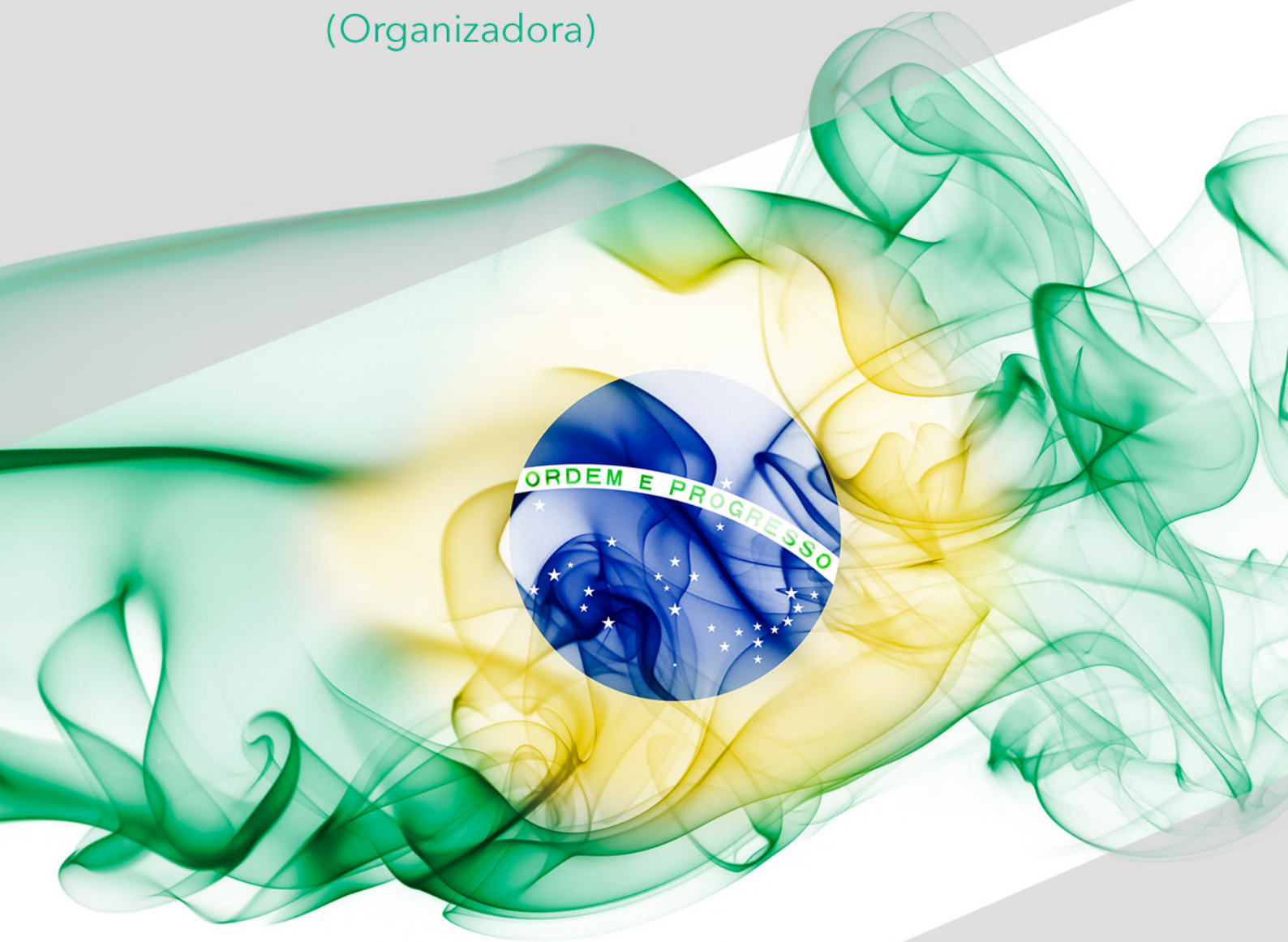


# Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 5

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2018

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

**Políticas Públicas no Brasil: Exploração e  
Diagnóstico**  
**5**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 5 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-063-6

DOI 10.22533/at.ed.636192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.  
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,  
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO E AÇÕES NO PET-SAÚDE DA UFBA PARA PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
<i>Márcia Santana Tavares</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6361922011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE UMA COMARCA DO AGRESTE PERNAMBUCANO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA NO JUDICIÁRIO	
<i>Mariana Lira de Menezes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6361922012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO COMO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM UM HOSPITAL PÚBLICO ADMINISTRADO POR ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE	
<i>Antônio Horácio Fernandes da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6361922013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
A INSERÇÃO DO NEUROPSICÓLOGO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TRATAMENTO DE INDIVÍDUOS COM TDAH	
<i>Maria Laís Costa Campos</i>	
<i>Roseanne Cristina Bressan Almeida</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6361922014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
A LUTA PELO DIREITO À SAÚDE A PARTIR DO SURTO DE INFECÇÃO POR MICOBACTÉRIA	
<i>Maria Carlota de Rezende Coelho</i>	
<i>Rosangela Alvarenga Lima</i>	
<i>Silvia Moreira Trugilho</i>	
<i>Maristela Dalbello - Araujo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6361922015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
A POLÍTICA DE SAÚDE BRASILEIRA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	
<i>Debora Holanda Leite Menezes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6361922016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>70</b>
A REORIENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO CUIDADO DA MULHER NO CICLO GRAVÍDICO-PUÉRPERL NA PERSPECTIVA DA PROMOÇÃO DA SAÚDE: FERRAMENTAS PARA POTENCIALIZAR A CAPACIDADE DE ESCUTA DA MULHER E DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	
<i>Cristiane Medeiros dos Santos</i>	
<i>Débora Holanda Leite Menezes</i>	
<i>Juan da Cunha Silva</i>	
<i>Neusa Iara Andrade dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6361922017</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 78**

AUDITORIA POR RESULTADOS: PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL E A FILOSOFIA DA MELHORIA CONTINUA

*Adriana Nascimento Santos Cartaxo*

**DOI 10.22533/at.ed.6361922018**

**CAPÍTULO 9 ..... 97**

CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO PARA O EMPODERAMENTO DA GESTANTE NO PROCESSO DE PARTURIÇÃO NATURAL

*Mara Julyete Arraes Jardim*

*Andressa Arraes Silva*

*Lena Maria Barros Fonseca*

**DOI 10.22533/at.ed.6361922019**

**CAPÍTULO 10 ..... 109**

COTIDIANO DE MULHERES COM DOENÇA ARTERIAL CORONARIANA: UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

*Bruna da Silva Oliveira*

*Yana Thalita Barros de Oliveira Castro*

*Líscia Divana Carvalho Silva*

*Patrícia Ribeiro Azevedo*

*Andrea Cristina Oliveira Silva*

*Marli Villela Mamede*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220110**

**CAPÍTULO 11 ..... 120**

DESAFIOS PARA A DESINTERNAÇÃO DE PORTADORES DE TRANSTORNO MENTAL EM CONFLITO COM A LEI

*Maria Laís Costa Campo*

*Greyce Kelly Cruz de Sousa França*

*Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220111**

**CAPÍTULO 12 ..... 130**

INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA 2009 A 2014: INSTRUMENTO DE AUXÍLIO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE NA REGIÃO NORDESTE

*Francilene Jane Rodrigues Pereira*

*Cesar Cavalcanti da Silva*

*Eufrásio de Andrade Lima Neto*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220112**

**CAPÍTULO 13 ..... 139**

MOVIMENTO DE REFORMA PSIQUIÁTRICA: VITÓRIA LEGAL E ENFRAQUECIMENTO DAS LUTAS SOCIAIS

*Rafael Britto de Souza*

*Isabella Nunes de Albuquerque*

*Claudia Teixeira Gadelha*

*Lúcio Flávio Gomes de Lima*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220113**

**CAPÍTULO 14 ..... 148**

O DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE AS POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO SERVIÇO DE TRANSPLANTE HEPÁTICO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

*Fernanda Maia Gurjão*  
*Mariana Lima dos Reis*  
*Mariana Carla Saraiva Monteiro*  
*Maria de Fátima Sousa Lima de Carvalho*  
*Lucia de Fátima Rocha Bezerra Maia*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220114**

**CAPÍTULO 15 ..... 158**

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM HOSPITAIS JUNTO A IDOSOS E SEUS ACOMPANHANTES E A QUESTÃO DA SUA INSTRUMENTALIDADE

*Ana Paula Rocha de Sales Miranda*  
*Patrícia Barreto Cavalcanti*  
*Carla Mousinho Ferreira Lucena*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220115**

**CAPÍTULO 16 ..... 166**

OFERTA E FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM TERESINA- PIAUÍ

*Leila Leal Leite*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220116**

**CAPÍTULO 17 ..... 177**

POLÍTICAS DE SAÚDE PARA GESTANTES USUÁRIAS DE CRACK: RESULTADOS EM SOBRAL-CE

*Leandro Fernandes Valente*  
*Antonia Sheilane Carioca Silva*  
*Andressa de Oliveira Gregório*  
*Heliandra Linhares Aragão*  
*Mônica dos Santos Ribeiro*  
*Patrícia Thays Alves Pereira*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220117**

**CAPÍTULO 18 ..... 185**

PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM FORTALEZA

*Jamyle Martins de Sousa*  
*Luana Pereira do Nascimento Lima*  
*Elane Cristina Matias Sousa*  
*Olney Rodrigues de Oliveira*  
*Lucia Conde de Oliveira*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220118**

**CAPÍTULO 19 ..... 196**

REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIDADE NAS POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL

*Mayara Ceará de Sousa*  
*Herta Maria Castelo Branco Ribeiro*

**DOI 10.22533/at.ed.63619220119**

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>206</b>
RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS: UMA POLÍTICA PÚBLICA COMO EXPRESSÃO DA LUTA ANTIMANICOMIAL	
<i>Sâmia Luiza Coêlho da Silva</i>	
<i>Lucia Cristina dos Santos Rosa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63619220120</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>218</b>
TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS, DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL	
<i>Thiago de Oliveira Machado</i>	
<i>Tatiane Valéria Cardoso dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63619220121</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>228</b>



## A INSERÇÃO DO NEUROPSICÓLOGO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TRATAMENTO DE INDIVÍDUOS COM TDAH

**Maria Laís Costa Campos**  
**Roseanne Cristina Bressan Almeida**

**RESUMO:** O presente artigo visa discutir as possibilidades de inserção do profissional de neuropsicologia em políticas públicas para indivíduos com TDAH. A atuação do neuropsicólogo nos serviços de educação e saúde poderia contribuir para melhorar o diagnóstico e intervenção nestas áreas. No entanto, alguns entraves se apresentam na inclusão desse profissional nesses setores.

**PALAVRAS-CHAVE:** neuropsicologia, tdah, políticas públicas.

**ABSTRACT:** This article aims to discuss the possibilities of insertion of the neuropsychology professional in public policies for individuals with ADHD. The role of the neuropsychologist in education and health services could contribute to improve the diagnosis and intervention in these areas. However, some obstacles are present in its inclusion of this professional in these sectors.

**KEYWORDS:** neuropsychology, ADHD, public policies.

### 1 | INTRODUÇÃO

O TDAH é um dos transtornos que mais afeta crianças no estágio de desenvolvimento escolar e é atualmente considerado um problema de saúde pública. Portanto, faz-se necessário o reconhecimento de suas particularidades pelos profissionais da saúde e da educação. A conscientização dos profissionais sobre essa problemática poderia auxiliar na efetivação de práticas de intervenção para amenizar os impactos do transtorno no desenvolvimento infantil.

O profissional da neuropsicologia poderia contribuir significativamente no planejamento e execução de políticas para a avaliação e reabilitação de indivíduos com TDAH. No entanto, na análise do cenário nacional percebe-se a atuação desse profissional ainda de maneira tímida e pouco voltada aos serviços públicos de saúde e educação. Esse trabalho visa refletir possibilidades de inserção desse profissional no cenário das políticas públicas para o atendimento de indivíduos com diagnóstico de TDAH. Acredita-se que o neuropsicólogo poderá contribuir significativamente com seu conhecimento teórico tanto na elaboração de projetos como também na realização de planos de intervenção no campo da saúde e da educação.

Considerando esses aspectos, esse artigo apresentará uma breve explanação buscando pontuar o que é a neuropsicologia como também o trabalho desenvolvido pelo profissional dessa área, e as características do TDAH. Secundariamente, ater-se-á a explanação de políticas públicas voltadas para a saúde e para educação relacionadas ao TDAH. Em seguida, serão abordadas possibilidades de atuação do profissional de neuropsicologia em políticas públicas.

## **2 | A NEUROPSICOLOGIA E AS MODALIDADES DE TRABALHO DO NEUROPSICÓLOGO**

A Neuropsicologia se caracteriza como um campo interdisciplinar que visa basicamente compreender as relações entre cérebro e comportamento. Seabra e Capovilla (2009) compreendem que essa área enfoca-se no estudo das funções cognitivas, das emoções, da personalidade e do desenvolvimento, considerando o funcionamento normal e o patológico.

A prática do profissional da Neuropsicologia se concentra em três modalidades: no estudo teórico, que envolve a pesquisa; na clínica, a qual contempla a avaliação e a reabilitação (Consenza *et al* 2008). Ressalta-se que essas modalidades de atuação geralmente envolvem um trabalho multidisciplinar pelo caráter dessa disciplina, o qual é aplicável a diversas esferas, a saber: na saúde, na educação, em projetos assistenciais e na área jurídica, dentre outras.

Depreende-se que a avaliação neuropsicológica contempla o exame baseados em testes, escalas e em avaliações qualitativas, os quais visam descrever o funcionamento cognitivo e emocional, identificando as capacidades preservadas e aquelas que estão em prejuízo (LEZAK *et al.*, 2004). A finalidade da avaliação contempla o auxílio diagnóstico, cuidados e planejamento do tratamento do paciente, reabilitação e avaliação do tratamento, pesquisa, questões forenses (LEZAK *et al.*, 2004).

A reabilitação, como atividade clínica consiste, de maneira geral, em uma intervenção que visa a adaptação do indivíduo após o processo de avaliação neuropsicológica, na qual se identificou déficits decorrentes de uma lesão ou algum tipo de transtorno. Conforme Pontes e Hübner (2008) a definição da reabilitação compreende o ensino de estratégias alternativas para o desenvolvimento de novas habilidades e a adaptação aos déficits, almejando garantir qualidade de vida ao paciente.

O neuropsicólogo pode atuar na intervenção de diversas disfunções, tais como: autismo, deficiências físicas e mentais, dislexia, esquizofrenia, demências, ansiedade, epilepsia e quadros de transtornos adquiridos (Consenza *et al* 2008). Dentre os diversos transtornos que o profissional da Neuropsicologia pode atuar com seu saber, destaca-se o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), o qual será

descrito brevemente no tópico a seguir.

### 3 | TRANSTORNO DE DEFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH)

O TDAH pode ser definido como um transtorno neuropsiquiátrico que tem como características singulares a desatenção, a hiperatividade e a impulsividade, afetando o ajustamento social do indivíduo e acarretando demais prejuízos (DESIDERIO; MIYAZAKI, 2007). Tende-se a considerar o TDAH como um transtorno do desenvolvimento infantil por sua evidenciação ser mais clara em crianças, no entanto esta condição deficitária pode acompanhar o indivíduo por todos os estágios de sua vida.

O diagnóstico de TDAH geralmente é realizado em etapa escolar, pois é o momento em que a criança precisa se ajustar aos padrões exigidos pelo contexto escolar. Tonelotto (2003) aponta um dado interessante da Associação Americana Psiquiatra, afirmando que tal transtorno afeta de 3 a 5% da população escolar, sendo mais comum em meninos que em meninas.

O TDAH se caracteriza por ser um transtorno multicausal sendo influenciado por fatores ambientais (agentes psicossociais) e genéticos (estudos moleculares e de genes específicos). Estudos realizados em genética molecular demonstram que os genes do transtorno estão associados ao sistema dopaminérgico e serotoninérgico (LOUZÃ NETO, 2007).

Apesar de todos esses achados, os resultados dos estudos do transtorno ainda são bastante contraditórios necessitando mais embasamento para obter dados mais seguros que possam ajudar na compreensão da etiologia e elaboração de estratégias de prevenção (ROHDE, 2003). Muitos estudos questionam a existência do transtorno e tendem a associar o crescimento do número de diagnósticos ao crescimento de disponibilização de informação (fenômeno do excesso de informação) e da mudanças das instituições sociais, além da questão da manutenção de interesses de uma categoria (CALIMAN, 2008, 2010).

Os estudos de neuroimagem demonstram uma pequena redução no volume do cérebro desses indivíduos e redução da atividade nos lobos frontais e intensa ativação de outras áreas. Esses achados podem confirmar os diversos déficits cognitivos apresentados pelos estudos de neuropsicologia, são eles os déficits nas funções executivas, além de afetar a inibição da resposta, memória espacial, planejamento e mudanças de estratégia e vigilância (LOUZÃ NETO, 2007).

Ressalta-se a necessidade de um cuidado especial deve ser tomado na avaliação de um indivíduo adulto, pois não existem critérios bem definidos para o transtorno na vida adulta (LOUZÃ NETO, 2007). A avaliação deve ser realizada por uma equipe multidisciplinar, visando contemplar aspectos biopsicossociais do indivíduo e possibilitando o diagnóstico diferencial.

Como tratamento ao TDAH prioriza-se a combinação das abordagens

farmacológicas e psicossociais e também a psicoeducação. Para o tratamento farmacológico, geralmente, utiliza-se o metilfenidato. Ainda se pode utilizar de antidepressivos como segunda opção de tratamento, mas o seu uso deve ser cauteloso e associado à psicoestimulantes. Estudos que questionam a existência do transtorno geralmente se opõem a utilização de um tratamento medicamentoso atrelando-o a interesses econômicos (CALIMAN, 2010). O uso do metilfenidato de forma indiscriminada e sem a comprovação de um diagnóstico seguro suscitam questionamentos éticos.

Quanto às abordagens psicossociais no tratamento destaca-se o trabalho da psicoterapia e da psicoeducação que podem atuar no melhor ajustamento do indivíduo, trabalhando aspectos comportamentais e emocionais que são derivados do transtorno e que trazem prejuízos à vida do indivíduo. Esta parte do tratamento é essencial para reduzir a probabilidade de aparecimento de problemas mais complexos associados à comorbidades e demanda a participação do profissional da neuropsicologia na equipe multidisciplinar.

#### **4 | POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Nos últimos anos, as discussões sobre políticas públicas têm ocupado cada vez mais espaço nos meios de comunicação e em fóruns sociais, como resultado do acompanhamento atento da sociedade às questões de seu interesse. Dentre os diversos conceitos existentes, uma definição abrangente, suficiente para os objetivos deste estudo, é a de Lopes & Amaral (2008) de que Políticas Públicas são “um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade”. Estão envolvidos no processo de formulação de uma política pública inúmeros atores, além do próprio governo, que abrangem grupos sociais, entidades representativas de classes, associações, sindicatos, entre outros (LOPES, AMARAL, 2008).

No âmbito educacional, abordar políticas públicas refere-se a abordar políticas aplicadas, principalmente, à educação escolar, uma vez que o conceito de educação é bastante amplo e envolve esferas não submetidas à responsabilidade governamental (OLIVEIRA, 2009). A principal política referente à educação é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96). A LDB baseou-se nas diretrizes propostas por documentos internacionais, enfatizando a erradicação do analfabetismo e legitimando o acesso igualitário e permanência na escola, desde a educação primária até a superior (FIORIN, FERREIRA, MANCKEL, 2013).

Outra política educacional importante é o recém-aprovado Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei 13.005/2014). Este documento determina diretrizes para políticas públicas de educação para o período de dez anos desde sua entrada em vigor, entre as quais estão a universalização ao atendimento escolar, a superação das desigualdades

educacionais e valorização dos profissionais da área.

No que concerne à educação especial, a LDB, em seu artigo 4º, parágrafo III, assegura que “o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996). A atenção ao assunto é complementada no Capítulo 5 do documento, “Da Educação Especial”. O PNE também inseriu a educação inclusiva entre suas metas (cf. Meta 4, Lei 13.005/2014).

Outros dispositivos versam sobre políticas voltadas à educação escolar inclusiva, dentre os quais destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), que propõe as diretrizes para a educação escolar inclusiva, pelo reconhecimento de que a rede de ensino regular ainda não é capaz de responder às necessidades especiais de seus alunos e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 02/2001).

No que se refere à educação de crianças e adolescentes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, não existe no Brasil legislação específica sobre o assunto (NAVAS, 2013). A resolução CNE/CEB nº 04/2009, que determina diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, não inclui as dificuldades ou transtornos de aprendizagem em seu público-alvo; da mesma maneira, a resolução CNE/CEB nº 02/2001 não versa especificamente sobre o TDAH ou transtornos específicos de aprendizagem.

Em 2010, foi proposto o Projeto de Lei 7.081/2010, que objetiva instituir a obrigatoriedade e manutenção de programas de diagnóstico e tratamento para o TDAH e Dislexia, contando com a atuação de uma equipe multiprofissional. O projeto aguarda decisão da Comissão de Finanças e Tributação<sup>1</sup> da Câmara dos Deputados.

É importante ressaltar que há entidades representantes de classes posicionando-se contrariamente este projeto de lei e à chamada medicalização da educação, como o Conselho Federal de Psicologia. Para este órgão, a aprovação do projeto não traria benefícios quanto à melhoria da qualidade da educação, nem maior inclusão, assim como contraria princípios do Sistema Único de Saúde (CFP, 2014). Na contramão, estão entidades como a Associação Brasileira de Psiquiatria e a Associação Brasileira de Déficit de Atenção.

## 5 | POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E TDAH

A abordagem das políticas públicas de saúde relacionadas ao TDAH exige que seja traçado um panorama acerca das políticas de saúde mental voltadas para o público infanto-juvenil, uma vez que o transtorno é diagnosticado mais frequentemente na população escolar. Entretanto, tanto no cenário mundial quanto no brasileiro, a

<sup>1</sup> De acordo com o site da Câmara dos Deputados, no endereço: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=472404>>.

presença de políticas voltadas à atenção à saúde mental desta faixa etária é escassa (COUTO, DUARTE, DELGADO, 2008).

O atual contexto das políticas públicas de saúde mental é orientado pelas diretrizes da Reforma Psiquiátrica, sumarizadas na lei nº 10.216/2001. Como parte do processo de reforma sanitária, a Reforma Psiquiátrica foi possível graças às garantias de acesso à saúde presentes na Constituição Federal de 1988 e na lei 8.080/1990, que instituiu o Sistema único de Saúde. O reconhecimento de que a atenção à saúde infanto-juvenil também é de responsabilidade do SUS foi regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 (MS, 2014).

Para a aplicação do novo modelo de cuidado defendido pela reforma, foram criados dispositivos substitutivos dos hospitais psiquiátricos, que devem se organizar em redes de atenção e ter como referência os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Os CAPS têm por função ofertar tratamento para pessoas com transtornos mentais cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo (BRASIL, 2004).

Dentre os cinco tipos de CAPS (I, II, III, III AD, AD, i), os CAPSi são os dispositivos especializados no atendimento a crianças e adolescentes com transtornos mentais severos e persistentes, que devem ser instituídos em municípios com mais de 200 mil habitantes. A equipe dos CAPS i deve ser, assim como naqueles destinados a outros públicos, multiprofissional, incluindo profissionais de nível médio e superior (BRASIL, 2005). É importante ressaltar que, nos municípios de pequeno porte e naqueles onde não há cobertura do CAPSi, a atenção à saúde mental do público infanto-juvenil deve ficar a cargo dos outros dispositivos, assim como da rede de atenção básica (idem).

A organização em rede da atenção à saúde implica que os CAPSi devem atuar em conjunto com outras instituições na promoção da saúde mental infanto-juvenil, como escolas, creches, conselhos tutelares, abrigos e postos de saúde (COUTO, DUARTE, DELGADO, 2008).

## **6 | CATEGORIAS PROFISSIONAIS ENVOLVIDAS NA ABORDAGEM AO TDAH**

A complexidade do transtorno exige a atuação de uma equipe multiprofissional, a começar pela realização do diagnóstico. Se realizado corretamente, o diagnóstico possibilita o tratamento adequado, a adoção de medidas de inclusão educacional e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida<sup>2</sup>.

Esse processo é clínico, considerando que não existem testes físicos, neurológicos ou psicológicos que comprovem a presença do TDAH (GRAEFF, VAZ, 2008), sendo utilizados, como instrumentos, entrevistas com a criança, os pais e

---

<sup>2</sup> Consta em Carta Aberta à Sociedade sobre Diagnóstico, Tratamento e Políticas Públicas Relativas aos Transtornos de Aprendizagem e ao Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, publicado em Dezembro de 2012, pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e Sociedade Brasileira de Neuropsicologia (SBNP).

professores, a realização de exames físicos e avaliação psicológica, neuropsicológica, fonoaudiológica e motora consistente (CARREIRO et al, 2008; FARIAS, 200-). Assim, a abordagem ao TDAH envolve médicos, psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos e pode envolver também terapeutas ocupacionais, e educadores físicos, além de profissionais especializados em Neuropsicologia e Psicopedagogia.

Na escola, o manejo do aluno com TDAH também é multiprofissional e envolve, além dos professores em sala de aula, pedagogos, psicopedagogos, o psicólogo escolar e também o educador físico. Um papel bastante importante, tanto na identificação do transtorno quanto no manejo do aluno com TDAH, é o do professor, por poder observar a criança em variadas situações e no desempenho de diferentes atividades (ABDA). O aspecto mais visível do transtorno neste meio, geralmente, é a hiperatividade (MARTINS, 2008), o que dificulta que seja elaborada uma proposição diagnóstica correta apenas com base na observação da criança neste ambiente.

No âmbito saúde, a assistência prestada pelo CAPS deve ser multiprofissional, como já mencionado. A equipe do CAPSi deve ser composta por um médico (que pode ser psiquiatra, neurologista ou pediatra com formação em saúde mental), um enfermeiro, e mais quatro profissionais de ensino superior (entre: psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, pedagogo e assistente social) (COUTO, DUARTE, DELGADO, 2008).

## **7 | A INSERÇÃO DO NEUROPSICOLOGO NAS POLÍTICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO PARA O TRATAMENTO DO TDAH**

Na análise das políticas de educação e saúde voltadas ao TDAH, foi possível constatar que o neuropsicólogo ainda não está incluído como uma categoria profissional. Diversos fatores acabam por solapar sua inserção nas políticas públicas nos setores de educação e saúde. Dentre esses, ressalta-se que a neuropsicologia é um campo de saber emergente no país e apenas foi reconhecida como especialidade da Psicologia em 2004.

Como atuação recente no país, em alguns espaços não existe um quantitativo adequado de profissionais qualificados nessa área, que não estão presente em número suficiente em muitos serviços e nem sua necessidade nestes é reconhecida. Essa questão também entrava a articulação entre os profissionais dessa área para elaboração de propostas de atuação.

Além disso, a neuropsicologia se concentra mais na atuação da rede privada dos setores sociais, devido ao seu custo elevado para os padrões da maior parte da população brasileira. Desse modo, por consequência, o trabalho do neuropsicólogo se torna escassamente desenvolvido nos serviços públicos da rede de educação e saúde. Não se pode olvidar ainda que a formação e qualificação desse profissional ainda é elitizada, e o seu instrumental (escalas e testes da avaliação neuropsicológica)

é bastante específico e também de alto custo, o que contribui para o aumento do valor remuneratório de seu trabalho.

Outro fator que colabora para o distanciamento desse profissional das equipes multidisciplinares da saúde e da educação é o desconhecimento por parte dos profissionais que atuam nesses setores. Tal desconhecimento dificulta o encaminhamento de pacientes para a intervenção neuropsicológica. A ausência de reconhecimento desse profissional em serviços multidisciplinares também impossibilita o diálogo com seus pares e a articulação de projetos de intervenção para categorias especiais.

O profissional de neuropsicologia poderia auxiliar na elaboração do diagnóstico de indivíduos com TDAH, no cenário da saúde e educação, tendo em vista o arcabouço teórico de sua formação e a peculiaridade desse transtorno. A avaliação neuropsicológica pode contribuir para elaborar o diagnóstico de TDAH. O profissional da Neuropsicologia pode utilizar-se de escalas de rastreio de sintomas, identificando déficits como também as potencialidades e ainda a presença de comorbidades (MALLOY-DINIZ, *et al.*2008).

## 8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado ao longo deste estudo, é possível estabelecer algumas considerações acerca da atuação do neuropsicólogo nas políticas públicas de educação e saúde voltadas ao TDAH. Primordialmente, enfatiza-se a necessidade de que as instâncias formuladoras e executoras de políticas voltem sua atenção a este público, uma vez que o único projeto de lei específico ainda está por ser votado. Da mesma forma, deve ser assegurado à pessoa com este transtorno o acesso ao tratamento por uma equipe multiprofissional, visando abarcar a complexidade do fenômeno.

Quanto à especificidade do trabalho do neuropsicólogo, ressalta-se a importância das sociedades representativas de classes profissionais ao informar ao grande público, às instâncias governamentais e a outras categorias profissionais sobre o papel desempenhado por esse profissional na atenção à pessoa com TDAH. Além disso, sugere-se que o neuropsicólogo deva ser incentivado a construir projetos que possam ser aplicados em serviços comunitários e públicos, mesmo que os recursos sejam escassos nestes meios.

O trabalho do neuropsicólogo pode aumentar a segurança e eficiência das formas atuais de diagnosticar e tratar o TDAH, promovendo inclusão social e saúde. Por fim, defende-se que a inserção do neuropsicólogo nas políticas públicas proporcionará benefícios que extrapolam os custos envolvidos nesta área ainda pouco conhecida, uma vez que a abrangência das atividades executadas por esse profissional promove impactos em todas as atividades humanas.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** [online]. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)> Acesso em 05/03/2015.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, 2005.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- CALIMAN, L.V. O TDAH: entre as funções, disfunções e otimização da atenção. *Psicologia em Estudo*, v.13, n. 3, p. 559-566, 2008.
- CALIMAN, Luciana Vieira. Notas sobre a história oficial do transtorno do déficit de atenção/ hiperatividade TDAH. *Psicologia Ciência e Profissão*. Brasília, v. 30, n. 1, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932010000100005&lng=en&nrm=i](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100005&lng=en&nrm=i)>so>. Acesso em: 01 de março de 2015.
- CARREIRO, Luís; JORGE, Marcia; TEBAR, Marina; MORAES, Pedro; et al. Importância da interdisciplinaridade para avaliação e acompanhamento do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 10 n. 02, p. 61-7, 2008.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **TDAH e Dislexia: CFP faz ressalvas a PL.** Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/tdah-e-dislexia/>>. Acesso em: 04 de março de 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução CNE/CEB 02/2001 de 11 de setembro de 2001. Diário Oficial da União, Brasília.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Resolução CNE/CEB 04/2009, de 02 de outubro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília.
- CONSENZA, R. M *et al.* A evolução das ideias sobre a relação entre cérebro, comportamento e cognição. In: \_\_\_\_\_. FUENTES, D., MALLOY-DINIZ, L., CAMARGO, H., COSENZA, R. (Orgs.) *Neuropsicologia: Teoria e Prática*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- DELGADO, P.; Couto, Maria Cristina; Duarte, Cristiane. A Saúde Mental Infantil na Saúde Pública Brasileira: situação atual e desafios. Rio de Janeiro, **Rev. Bras. Psiquiatria**, 2008;30(4) : 390-8.
- DESIDERIO, Rosimeire C. S.; MIYAZAKI, Maria Cristina de O. S.. Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade (TDAH): orientações para a família. *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.), Campinas, v. 11, n. 1, Junho, 2007.
- FARIAS, Antônio Carlos. **TDAH e Equipe Multidisciplinar - Abordagem Neuropediátrica.** (Data de

publicação desconhecida). Disponível em: <[http://www.neuropediatria.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=100:tdah-e-equipe-multidisciplinar-abordagem-neuropediatrica-&catid=60:tdah&Itemid=147](http://www.neuropediatria.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100:tdah-e-equipe-multidisciplinar-abordagem-neuropediatrica-&catid=60:tdah&Itemid=147)> Acesso em 05/03/2015.

FIORIN, Bruna; FERREIRA, Liliana; MANCKEL, Maria Cecilia. A lei 9394/96 como política educacional e o trabalho dos professores. **Debates em Educação**. Maceió, Vol. 5, nº 9, Jan./Jun., 2013.

GRAEFF, Rodrigo; VAZ, Cícero. Avaliação e diagnóstico do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). **Psicologia USP**, v.19 n.3, 2008.

LEZAK, M. D. et. al. *Neuropsychological Assessment*. 4 ed. New York, NY: Orford, 2004.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson. **Políticas Públicas: Conceitos e Práticas**. Volume 7. Série Políticas Públicas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

LOUZÃ NETO, M. R. Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade no adulto. In: \_\_\_\_\_ ELKIS, H.; LOUZÃ NETO, M. R et al. *Psiquiatria básica*. 2º ed. São Paulo: Artmed, 2007.

MALLOY- DINIZ, et al. Neuropsicologia no Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade. In: \_\_\_\_\_. FUENTES, D., MALLOY-DINIZ, L., CAMARGO, H., COSENZA, R. (Orgs.) *Neuropsicologia: Teoria e Prática*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MARTINS, Claudia S. **Políticas Públicas de Educação Especial e o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDA/H)**. Dissertação (Programa de Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2008.

NAVAS, Ana Luiza. **Políticas públicas educacionais no Brasil ignoram crianças com transtornos do déficit de atenção e com transtornos de aprendizagem**. (2013).

Disponível em: <<http://www.tdah.org.br/br/textos/textos/item/412-tdah-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-educacionais-no-brasil-ignoram-crian%C3%A7as-com-tdah-e-com-transtornos-de-aprendizagem.html#sthash.ZCPvLplr.dpuf>> Acesso em 05/03/2015.

OLIVEIRA, Adão. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização em uma perspectiva didática. In: OLIVEIRA, A., PIZZIO, A., FRANÇA, G. **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiânia: Editora PUC de Goiás, 2009. [disponibilizado via web].

PONTES, Livia Maria Martins; HUBNER, Maria Martha Costa. A reabilitação neuropsicológica sob a ótica da psicologia comportamental. *Revista psiquiatria clínica*, São Paulo, v.35, n.1, 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-60832008000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832008000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01 de março de 2015.

ROHDE, L. A.; et al. *Princípios e práticas em transtorno de déficit de atenção/hiperatividade*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SEABRA, A. G; CAPOVILLA, F. C. Uma introdução à Neuropsicologia e à avaliação neuropsicológica. In: \_\_\_\_\_. SEABRA, A. G; CAPOVILLA, F. C. *Teoria e pesquisa em avaliação neuropsicológica*. 2ª ed. São Paulo: Memnon, 2009.

SENA, S. S; SOUZA, K. S. Desafios teóricos e metodológicos na pesquisa psicológica sobre TDAH. *Temas em Psicologia*, São Paulo, v. 16, n. 2, maio 2008.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-063-6

